



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638453 - MG (2021/0000894-2)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : BEN HUR PESSOA SANTOS  
**ADVOGADO** : BEN-HUR PESSOA SANTOS - MG195291  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : THALIS IEGO TEODORO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de THALIS IEGO TEODORO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Agravo em Execução n. 1.0472.18.003092-7/001).

O paciente cumpre pena de 6 anos, 1 mês e 10 dias em regime inicial fechado, pela prática dos crimes previstos nos arts. 157, § 2º, e 159, § 1º, ambos do CP.

Diante da notícia da apreensão de aparelho celular na posse do apenado, cuja propriedade foi assumida por ele, o magistrado singular determinou a designação de audiência de justificação, na qual foram ouvidas testemunhas de defesa e do *parquet*, o que culminou no reconhecimento da falta grave em seu desfavor.

Interpostos agravos em execução pela defesa, as insurgências foram desprovidas.

O impetrante sustenta que o reconhecimento da falta grave exigiria a instauração de prévio procedimento administrativo disciplinar, de forma que seria nulo o reconhecimento da penalidade em desfavor do paciente.

Requer, liminarmente, o restabelecimento do prazo para a contagem de progressão de regime e o desfazimento da perda de 1/3 dos dias remidos e, no mérito, pugna pela confirmação da liminar com o afastamento da falta grave e o restabelecimento dos benefícios afastados.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente